

Transformações do direito ao trabalho e do direito à cidade: a experiência urbana da cidade do Rio de Janeiro

Isabel Cristina da Costa Cardoso ⁽¹⁾

Resumo

O texto discute as formas contemporâneas de concepção e regulação da cidade articuladas às formas de concepção e regulação dos destinos do trabalho urbano. Em outras palavras, trata-se de compreender qual é o lugar social do trabalho na cidade do Rio de Janeiro, para aqueles segmentos sociais identificados como os trabalhadores pobres e desempregados. É na convergência destes dois elementos, cidade e trabalho, que as práticas urbanas de planejamento estratégico são discutidas e analisadas.

Palavras-chave

(1) Direito ao trabalho; (2) Direito à cidade; (3) Cidade global; (4) Planejamento estratégico; (5) Pobreza.

Abstract

This paper articulates contemporary forms of cities' conceptions and regulations with the destinations of the urban work. The author is devoted to understand the social role of work within the city of Rio de Janeiro, with emphasis on social segments such as the unemployed and the poor workers. The strategic urban planning practices are analyzed from the point of view of the meeting of these two elements: the city and the work.

Key-words

(1) Right to the work; (2) Right to the city; (3) Global city; (4) Strategic planning; (5) Poverty.

⁽¹⁾ Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ e pesquisadora do Programa de Estudos do Trabalho e da Política da FSS/UERJ.

O Social em Questão

Introdução

No contexto de uma longa jornada iniciada nos anos 1990, pode-se perguntar sobre quais são os destinos da cidade do Rio de Janeiro que as respostas serão múltiplas. Mas esta apresentação¹, por não pretender esgotar a multiplicidade, olha a cidade a partir de algumas cenas urbanas na aposta de que o múltiplo reside também aí. Se a cidade é feita de "cruzamentos" entre objetos e práticas sociais que atribuem forma e significado ao espaço urbano, como ensina Bernard Lepetit (2001) e Milton Santos (2004), então é do encontro de diferentes cenas urbanas, e do movimento daí produzido, que a cidade se faz como "obra" humana (Lefebvre, 2001).

Parte-se aqui da articulação entre as formas contemporâneas de concepção e regulação da cidade e as formas de concepção e regulação dos destinos do trabalho urbano. Estas são as cenas urbanas que interessa colocar em movimento. Em outras palavras, trata-se de compreender qual é o lugar social do trabalho na cidade do Rio de Janeiro para aqueles segmentos sociais identificados como os trabalhadores pobres e desempregados da cidade.

É na convergência destes dois campos, cidade e trabalho, que as práticas de empreendedorismo urbano, das quais o planejamento estratégico é uma de suas formas, encontram seu "ponto cego". Os trabalhadores pobres, na sua condição de consumidores insolventes, não podem consumir a "nova mercadoria cidade" nem os produtos que a "cidade-empresa" coloca em circulação. É deste patamar de onde se avista o real significado de ser um segmento não estrategicamente relevante. Contudo, políticas são formuladas, programas e objetivos são traçados, novos financiamentos internacionais são obtidos – e é nesta "chave" que se inserem,

¹ As reflexões aqui elaboradas estão relacionadas com minha Tese de Doutorado em Sociologia, intitulada "Cenas cariocas de transformação nas formas urbanas do trabalho e da cidade: onde está a invenção política?". Para maiores aprofundamentos, ver Cardoso, 2005.

por exemplo, as políticas de geração de trabalho e renda e de urbanização de favelas no Rio de Janeiro— para prometer um tipo de integração subalterna reiteradora dos clássicos caminhos da não-cidadania. Agora, contudo, travestidos de um discurso democrático de participação, de inclusão, de valorização da cultura "local", "empreendedora" e "solidária" dos pobres; de aproximação das formas públicas de regulação da cidade às formas concretas de trabalho e vida destes segmentos. Daí, transformar em "virtude" o que, antes, era "vício". Ou seja, trata-se de valorizar o saber e as formas materiais de "viração" dos trabalhadores pobres: a precariedade dos vínculos e das experiências de trabalho e vida passam à condição de "rico" material para formulação de políticas do Estado, de responsabilidade social de empresas ou de organismos não governamentais. Afinal, nada mais "polivalente" e digno do espírito empreendedor de "assumir riscos" do que a viração cotidiana da luta pela sobrevivência nas cidades, como, por exemplo, as formas da autoconstrução e do trabalho precário. Algo que Kowarick (1993), já nos idos dos anos 1970/80, denunciou como a experiência cotidiana da espoliação urbana e que está a demandar um diálogo que revise os elos de ligação e de diferenciação entre este conceito e a experiência urbana das condições de reprodução social do trabalhador, hoje.

Nesta mesma "chave interpretativa" interessa deter o olhar e a análise sobre o perfil crescentemente assistencial das políticas de trabalho (ou de "não-trabalho"). Mais precisamente sobre o que aqui é denominado anulação crescente das fronteiras entre as políticas de assistência social e as políticas de geração de trabalho (sem emprego) e renda.

As fronteiras e porosidades do trabalho e da cidade

No início dos anos 90, mais precisamente em novembro de 1993, foi firmado um acordo de cooperação entre a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) e a Prefeitura da cidade para dar início ao I Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), posteriormente intitulado "Rio sempre Rio". Para tanto, um consórcio mantenedor, majoritariamente composto por empresas ou organizações privadas, foi formado e através dele custeada a contratação da firma catalã Tubsá - *Tecnologies Urbanes*

de Barcelona S.A. Tal empresa foi responsável pelo Plano Estratégico da cidade de Barcelona e pelo sucesso da fórmula –a partir de então multiplicada em escala global– de associação do planejamento urbano a um grande evento, de preferência inserido no calendário mundial de festividades e competições, ou a um produto cultural de forte valor agregado em torno de sua marca –como os museus internacionais– capaz de funcionar como estratégia de marketing e venda da imagem da cidade. No caso específico de Barcelona a estratégia foi a realização dos Jogos Olímpicos de 1992.

A forma de concepção da cidade a partir da estruturação de grandes eventos, empreendimentos e produtos de toda sorte, que operam como âncoras das políticas de empreendedorismo urbano, é reiteradora de uma visão do espaço como se este fosse inerte. Ou seja, qualquer elemento que se crie em um dado território pode ser copiado para outro, como uma espécie de "pastiche", e esta pseudo-igualdade de condições do espaço é apresentada como o que une os homens, como fruto do avanço das transformações tempo-espaciais contemporâneas que anulam as distâncias e o próprio espaço. Nessa visão é possível pensar em paisagens que se repetem de forma indiferente em qualquer território. Esvaziam-se, assim, as noções de evento, de paisagem, das escalas do tempo e do espaço, da técnica, do território, da *práxis* humana, entre tantos outros elementos formadores do espaço e que permitem analisá-lo em sua forma, estrutura e função. Sem estes elementos, a transformação do espaço é vista como natural, mistificada e evolucionista, pois se autonomiza da própria *práxis* concreta dos homens, dos processos sociais. O espaço passa a ser pensado como forma, como conjunto de objetos e não como forma-conteúdo, como sistema de objetos e ações (Santos, 2004).

Pensar e fazer a cidade a partir, fundamentalmente, dos vetores verticais de estruturação do espaço, como ensina Milton Santos, é uma força poderosa da dominação atual, mas que não se realiza sem a adesão e o agenciamento do espaço local, posto que a dimensão do lugar não é passiva. Pelo contrário, são as práticas empreendidas pelos sujeitos locais (e isto não significa que tais sujeitos não sejam também globais) e tomadas em sua dimensão de classe, que imprimem conteúdo e direção às opções historicamente deliberadas de produção do espaço.

Nesse sentido, a cidade não é um ator, como insistem Castells e Borja (1996),

mas também não deve ser encapsulada a partir de posições pouco elásticas que iniciam na definição de cidades em posições globalmente estratégicas para chegar aos nós capilares de uma rede mundial de cidades "penduradas" em alguns poucos centros nervosos. Ambas as posições possuem o inconveniente de não lidarem com a simultaneidade tempo-espacial característica do desenvolvimento das sociedades e que, ao contrário de gerar homogeneidade, produz a diversidade inter e intra-territorial.

A polarização do debate teórico em termos de cidades que se especializam em funções pós-industriais (basicamente nas atividades financeiras, nos serviços avançados de suporte às empresas como os ligados ao desenvolvimento da telemática, da consultoria, do marketing, etc.) e aquelas que permanecem herdeiras (e mergulhadas na crise) do paradigma industrial de acumulação, não permite pensar nem os espaços de fronteiras nem o embaralhamento entre estes espaços. Mais vale lembrar a avaliação de Préteceille (1997) acerca da rigidez de uma análise da globalização e do desenvolvimento capitalista polarizada teoricamente entre as perspectivas pós-industrial e industrial e concordar com sua proposta quanto à exigência de análises mais refinadas e em múltiplas escalas, a fim de não aprisionar a diversidade do real. Assim, devem-se evitar os riscos e armadilhas existentes no debate teórico das *global cities*, em particular para os limites da análise em torno de modelos ideais que não permitem compreender as conexões e as zonas híbridas que se estabelecem quando da produção social e espacial do desenvolvimento econômico.

O Rio de Janeiro, flagrado a partir do seu planejamento estratégico, é um exemplo rico para se pensar os limites e as virtuosidades do referido debate. A ambição de romper com um longo período de estagnação e crise da cidade e de redefinir seu lugar econômico e político no processo de desenvolvimento econômico nacional (e também internacional), encontrou um campo fortemente convergente com as idéias da "cidade pós-industrial", especializada em serviços avançados; cidade como "ator"; mercado "mundial de cidades"; "cidade empresa"; entre outras representações.

Não casualmente as estratégias de desenvolvimento econômico elaboradas pelo PECRJ dão ênfase às atividades dos chamados serviços avançados (empre-

ças da telemática e infra-estrutura tipo "Teleporto", pólos tecnológicos vinculados às universidades e centros de pesquisa, informática, serviços técnico-profissionais prestados às empresas nas áreas jurídica, contábil e de auditoria, marketing e propaganda etc., como se bastasse à cidade "pensar-se" (ou vender-se) enquanto tal, para "fazer-se" de fato.

O que é importante frisar aqui é o poder do "fetiche da imagem" que se pretende criar sobre a cidade. Entender, por exemplo, porque os formuladores das políticas urbanas e seus gestores precisam do símbolo da cidade do terciário avançado para falar da (e vender a) própria cidade. Aqui se abre uma fenda importante à imaginação sociológica do espaço urbano, posto que a tradicional discussão teórica do fetiche da mercadoria transborda o *locus* clássico do espaço produtivo e suas bases materiais de produção, à medida que as novas tecnologias da informação e da produção de imagens, associadas à forma de produção/circulação das mercadorias, adquirem centralidade no processo de acumulação. Mas também o espaço urbano das cidades –transformado em mercadoria, uma mercadoria especial, mas passível de ter seu valor de uso subsumido pelo seu valor de troca e, assim, se subordinar ao circuito das trocas mercantis– é também "saturado" por estas novas tecnologias. É neste sentido, por exemplo, que Milton Santos se refere ao espaço como um meio cada vez mais técnico-científico-informacional. Mas é para um outro campo destas relações mercantis que interessa desviar o olhar e instigar a imaginação sociológica. Este campo é formado pelo o que aqui é denominado, em interlocução com Fontenelle (2002), o "poder da marca" da cidade.

É importante destacar que, assim como o "negócio" da marca não é propriamente ou apenas, gerar uma imagem, mas a capacidade da imagem agregar valor ao produto ou serviço que será consumido, não se trata apenas de planejar estrategicamente o marketing da cidade, mas fazer com que esta atividade conecte a cidade à cadeia de valor do processo de acumulação capitalista. Ou seja, a "marca" da cidade do Rio de Janeiro deve operar como "diferencial" no interior das relações de acumulação capitalista. Deve responder à pergunta, formulada pelo próprio PECRJ: qual é o fator de atratividade da cidade? De tal forma que, para as corporações empresariais, por exemplo, a da indústria do entretenimento, a opção de investir na

cidade é precedida por investimentos locais nas infra-estruturas necessárias, medidas de redução do "custo Rio", políticas do tipo "guerra fiscal". Em se tratando da cidade do Rio de Janeiro, o fator de atratividade é sinônimo de consideráveis investimentos públicos do Estado (na escala municipal, estadual ou federal do poder público), o que desabilita o discurso da redução do papel do Estado no contexto da globalização. Contudo, são investimentos que corroboram a forte privatização do fundo público e a subordinação dos seus critérios de constituição/alocação a uma esfera que, mesmo tendo na ação do Estado sua ponta aparentemente mais visível, já se encontra em grande parte fora do poder do Estado. É na escala do movimento global do capital que parte significativa da destinação dos fundos públicos dos países subdesenvolvidos é definida.

A produção de uma "marca da cidade" do Rio de Janeiro opera a partir de um campo imagético fortemente associado ao consumo, ou melhor, vender a cidade significa inserir o espaço local no circuito das trocas produtivas e financeiras do capital atraindo os fluxos globais deste circuito para a cidade, e reproduzindo, muitas vezes, uma forma subalterna de inserção. Estes investimentos, quando adquirem a forma econômica dos bens e serviços (porque podem, na verdade, se limitar à atividade da especulação financeira) que estruturam o segmento da "economia do efêmero", demandam um mercado consumidor estruturado a partir de uma alta capacidade de consumo baseado na aceleração do tempo da própria "vida útil" e do valor-de-uso da mercadoria/serviço a ser consumido.

Mas o "salto" que demanda ser dado é o de se "consumir a cidade" como uma mercadoria tão efêmera quanto as mercadorias que circulam através dela. Assim, a cidade escapa crescentemente à definição de formas mais duráveis (tanto em termos dos objetos quanto das práticas sociais que constroem o espaço e criam as regulações, por exemplo), ou melhor, a sua forma é cada vez mais esta capacidade de "transmutar" ou "escapar" à própria forma, naquilo que ela traz de elemento mais "durável" e permeável à regulação pública.

Assim, não se trata apenas de associar a imagem da cidade ao segmento do terciário avançado, mas de recortar e privilegiar aquele segmento das atividades econômicas voltado para a economia do efêmero (os bens e serviços culturais já completamente mercantilizados e de forte impacto midiático, os grandes eventos

esportivos ou similares, a indústria do entretenimento e o modelo dos *shoppings centers* como espaços centrais da circulação e do consumo, etc.). Desta forma, a associação entre as características tempo-espaciais da produção, da circulação e da realização do valor, neste segmento dos serviços, depende de um espaço urbano cada vez mais planejado de forma flexível e adaptada a estas características.

É o Estado, como agente regulador do espaço urbano, e as práticas de classe do capital que intervêm na cidade tornando-a flexível e adaptada e dotando este mesmo espaço de atributos materiais e simbólicos que redistribuem, de forma desigual, a renda pelos públicos solventes e não solventes, de acordo com a capacidade de consumir a "mercadoria cidade".

A partir do ordenamento geral da cidade e de seu encapsulamento à lógica do planejamento estratégico –e seus fluxos global-local de produção do espaço urbano carioca– é produzida a definição do lugar e do não-lugar do que e de quem se entende por estratégico, afinal é disso que se trata desde o início. Assim se definem, classificam, dividem, mas também se misturam, os públicos "estratégicos e solventes" e os "não estratégicos" e de baixo potencial consumidor. Entre estes últimos, encontram-se as diferentes experiências de trabalho e sujeitos destas experiências que transbordam as fronteiras do trabalho formalmente contratado e socialmente protegido.

Falar de porosidades e fronteiras do trabalho é também pensá-las a partir da sua forma de produção e manifestação cotidiana nas cidades. É necessário, portanto, explicitar como, no interior destas fronteiras, se entrecruzam as práticas urbanas do empreendedorismo da cidade do Rio de Janeiro e as práticas de empreendedorismo do sujeito do trabalho. O encontro destas práticas não é aleatório e permite "flagrar" algumas cenas urbanas de desconstrução das formas públicas de regulação do trabalho e da cidade e a construção de outras regulações que propõem novas temporalidades para as trajetórias de trabalho. Estas acompanham a mesma flexibilidade do tempo das cidades, possibilitada, por exemplo, pelas políticas de empresariamento/ empreendedorismo urbano. É a flexibilidade das distintas temporalidades das trajetórias de trabalho que permite tornar o trabalhador flexível e adaptado aos novos tempos do trabalho urbano. Um tempo tão flexível que permita rápidas mudanças nas situações e percursos

ocupacionais e que seja, acima de tudo, interiorizado como referência de regulação individual e coletiva.

Para se pensar a atividade trabalho há que se refletir sobre os seus sujeitos. Exatamente a partir do plural. Há diferentes formas de nomear os sujeitos do trabalho de acordo com as suas trajetórias de inserção neste processo de desenvolvimento e produção do espaço urbano das cidades e da "questão social". A experiência do direito ou do não-direito à cidade é uma das formas de experimentar o direito ou o não-direito ao trabalho. Ser operário da industrial têxtil e morador das favelas do Rio de Janeiro, antes de meados do século XX, configurava uma cena urbana para onde convergiam diferentes "visibilidades sociais" deste mesmo sujeito frente aos demais sujeitos e instâncias da sociedade. Por exemplo, frente à polícia e à questão da violência, ao acesso aos serviços urbanos, às organizações políticas, como os sindicatos, ao Estado, aos direitos civis, etc.

Este é um elemento fundamental para se compreender, de forma ampliada, as conseqüências do processo de expropriação social do trabalhador. Para tanto, interessa aqui frisar a transformação atual da "nudez" do trabalhador em "virtude". Assim, a expropriação histórica e original que acompanhou a passagem ao próprio estatuto do trabalho livre assalariado, nos termos de Marx, é redefinida positivamente. Agora, como portadora de um "novo" estatuto que possui uma dupla forma: a que faz do trabalhador o empregador de si mesmo (empreendedorismo), e a que faz da insegurança, a experiência mais significativa, material e simbolicamente, do sujeito (empregabilidade).

O capital opera verdadeiros "milagres". Se a condição de liberdade vazia, denunciada por Marx, estava integrada à condição do trabalho se transformar em mercadoria para o capital, o deslocamento que hoje se opera nas relações de trabalho, com o crescimento do desemprego, é um deslocamento, para pior, na estrutura das relações sociais. Não ser explorado, dentro dos limites das relações capitalistas, é ser desnecessário à realização da lógica da mercadoria.

Logo, da mesma forma que a liberdade "vazia" do trabalho livre não revela a condição de expropriação e de exploração como fundamentos desta liberdade, também esta "nova liberdade" de ser "sujeito empreendedor" ou "sujeito com condição de empregabilidade" é tão ou mais vazia. De um lado, mistifica a fragi-

lidade deste sujeito se realizar sem a alteridade da relação com o outro, o capital (nas condições de uma sociedade capitalista) e, de outro, apresenta como modernidade das relações de trabalho o que, na verdade, é retrocesso. Sem mencionar, ainda, as inúmeras formas de conexão subalterna, precárias e, em muitos casos, ilegais, das formas ditas "empreendedoras" e a própria cadeia produtiva dos bens e serviços. Não casualmente, o chamado setor informal e o trabalhador por conta própria ou autônomo ressurgem, com força, no debate exatamente pelas imagens que sempre serviram para designar e qualificar seu caráter mais refratário à forma institucional e regulada do trabalho e do mercado de trabalho.

As fissuras, inconclusões e desigualdades produzidas no processo de deslocamento do trabalho da sua condição de mera mercadoria, dão a real dimensão das dinâmicas estruturadoras da sociedade baseada no trabalho livre assalariado e na forma de experimentar a proteção social ou o seu oposto, a insegurança social. Portanto, para se pensar o Brasil é importante compreender não apenas o que se produz de homogêneo, mas também o que não se incorpora, o que se integra de forma subalterna, o que já não encontra o seu lugar de utilidade social nas relações econômicas ou nas trocas sociais; ou, ainda, o que se produz como experiência nas zonas porosas e, às vezes, aleatórias de uma ou outra situação.

Penso ser mais frutífero e instigante ao pensamento quando a análise está orientada para o diálogo entre diferentes realidades tempo-espaciais do trabalho. Neste sentido, não há como desconsiderar que a construção das economias regional e nacional do Brasil sempre esteve enraizada sobre a diversidade de experiências sociais, dentre estas as das formas assalariadas e não-assalariadas de trabalho. Esta diversidade de composição entre as formas tradicionais e novas do trabalho narra a própria história de incorporação desigual e não extensiva da força de trabalho ao assalariamento no Brasil. Desde a questão da instituição da escravidão, quando diferentes formas históricas de trabalho livre também estiveram presentes na experiência do trabalho, o desafio que está posto à "imaginação sociológica" é o de compreender como se produz (e permanece a se produzir sob novas bases) não uma "dualidade integrada", como bem ensina Maria Sylvia Carvalho Franco (1997), mas uma "unidade contraditória" entre as

diferentes formas de exercício do "trabalho" e da experiência de expropriação do trabalhador, no sentido em que Marx a conceitua (1973).

Neste sentido, pode-se afirmar que visar o trabalho pelo ângulo das suas porosidades e fronteiras possibilita compreender que o crescimento das formas não-assalariadas de trabalho revela formas de ocupação despidas do emprego, mas também traz à cena o embaçamento dos limites de convergência e separação entre emprego e desemprego, atividade e inatividade, desemprego aberto e atividades precárias, "viração" e ocupação, desocupação e condição não economicamente ativa da população, etc. De tal forma que não é apenas o emprego do trabalho formalmente contratado, socialmente protegido e vinculado a uma trajetória de qualificação, carreira e *status* que se encontra em crise –no caso da sociedade brasileira seria mais oportuno perguntar quando não esteve em crise este perfil do trabalho. A própria forma de enunciar, tipificar, medir e regular o desemprego, a ocupação e a chamada condição de atividade e não-atividade econômica também se encontra confrontada quanto ao seu real poder explicativo e descritivo da realidade.

É importante destacar que a definição rígida dos critérios de elegibilidade ao seguro desemprego, por exemplo, demarca um outro horizonte em termos de regulação que busca separar políticas de proteção ao trabalho e políticas assistenciais. Estas últimas, tradicionalmente, cobrem um universo maior de trabalhadores que está confrontado, no cotidiano, com os conteúdos não provisórios da desocupação e não regulares da atividade de trabalho, como indica Topalov (1996). Quando se trata de política assistencial, parte-se da pobreza e suas formas de "medida social", como as diferentes linhas de pobreza, enquanto questão urbana afeta às condições da reprodução social a ser "enfrentada" no plano local ou nacional. Assim, tradicionalmente as políticas assistenciais elegeram como seu objeto, a figura difusa do trabalhador pobre urbano não assalariado e desprotegido socialmente pelas instituições públicas ou privadas vinculadas à nossa experiência de cidadania regulada.

Contudo, a crise contemporânea do trabalho, quando vista através da extensão das experiências do desemprego e do trabalho não-assalariado, revela o esgarçamento destes limites entre a definição dos públicos do seguro-desemprego

go e das políticas assistenciais. Assim, as figuras do trabalhador pobre urbano e, também, de forma genérica, do trabalhador desempregado, ao se inscreverem de forma crescente nas áreas de fronteira do trabalho assalariado e regular, tornam-se, ao mesmo tempo, alvos de políticas do trabalho e políticas assistenciais ou de velhos "híbridos" de "novo valor", como as políticas de inserção através do trabalho temporário em alguma frente de ação ou programa social do Estado que prevê um tipo de remuneração também provisória. Este é um dos elementos mais importantes que captura o embaçamento destas fronteiras: o atual perfil assistencial das políticas de trabalho ou a "assistencialização" do trabalho. Algo que Francisco de Oliveira (2003) denunciou como o crescimento de políticas sociais que funcionalizam a pobreza e se transformam em simulacro do mercado de trabalho.

Os formatos fragmentados e porosos das experiências e trajetórias de trabalho transbordam, de forma significativa, os atuais critérios do seguro desemprego, tornando-se inoperante buscar responder ou intervir sobre os efeitos da atual crise do trabalho através desta política. Sem a construção de novas representações sobre a própria relação emprego/desemprego, a assistencialização das políticas do trabalho permanecerá no horizonte imediato e futuro das ações públicas e privadas.

Se para os trabalhadores que ainda se mantêm ocupados é cada vez mais intenso o estreitamento do horizonte dos direitos de proteção social ao trabalho, quanto mais para aqueles que vivenciam as condições de trabalhador pobre urbano e trabalhador desempregado. Para estes, os horizontes da desproteção social são pragmaticamente cotidianos e manifestam-se nos diferentes bloqueios ao direito à cidade e ao direito ao trabalho

Neste horizonte, a assistência é cada vez mais a "operadora" da passagem à renda, sem as mediações políticas do trabalho e sua "forma emprego" assalariado e socialmente protegido, mesmo considerando-se toda a carga historicamente seletiva e desigual do estatuto do trabalho assalariado no país.

O trabalhador autônomo passa a ícone do trabalho e exemplo a ser redescoberto pela sua persistência em não apenas sobreviver, mas em crescer sua participação no mercado de trabalho. De exemplo de experiência de trabalho do mercado informal, o trabalho autônomo passa a ser requalificado como atividade

plenamente compatível com as formas contemporâneas de trabalho, necessitando de inclusão nas políticas ativas do sistema público de emprego e renda, como por exemplo: qualificação, intermediação ao mercado de trabalho, microcrédito e estímulo ao empreendedorismo. Este é mais do que um "passaporte à formalização", é um "passaporte" ao trabalho despido da forma política do emprego e encerrado à noção geral e administrativa de ocupação ou atividade. Enquanto tal precisa ser "carimbado" pelas denominadas "políticas ativas", mas também pelas políticas assistenciais que se voltam para a tarefa de geração de uma "inclusão produtiva" dos grupos de escassa capacidade de inserção no mercado de trabalho, e que compõem os serviços de proteção social básica da assistência social, conforme definidos pela Política Nacional de Assistência Social.

Esta não é uma simples adequação, ou uma "dívida social antiga" que se pretende, agora, "pagar" junto aos sujeitos portadores das múltiplas formas do trabalho dito autônomo frente à presunção do assalariamento. É a própria norma do assalariamento, estruturadora das relações entre capital e trabalho, que se encontra em transformação. E esta é uma crise que transborda o mundo do trabalho propriamente dito e se expressa nas formas urbanas de produção e reprodução do espaço das cidades.

Portanto, não é apenas do direito ao trabalho que se trata, mas do entrelaçamento entre o direito ao trabalho e o direito à cidade através do "direito a ter direitos" (Arendt, 2000) a estas reivindicações públicas que são formas de partilha do mundo comum, formas de nomear e atribuir pertinência e significado às relações e objetos deste mundo. Mais uma vez, é a mediação da política que faz a passagem das diversas formas de expressão da crise do trabalho e da cidade à condição de assuntos pertinentes ao debate público e portadores do conflito entre as classes.

O consenso dos planejamentos estratégicos de um Estado, a exemplo do poder municipal do Rio de Janeiro, que se pretende tão empreendedor quanto uma empresa, tão passível de transformar a cidade em diferentes produtos a serem vendidos, como qualquer outra mercadoria nos mercados interno e externo, e tão "eficiente" quanto a lógica "darwinista" do mercado para dirimir disputas, é a antítese da política. Diria com Vainer que tal consenso trata, antes, de "banir a

política da cidade, competitiva e pacificada" (2000, p. 95).

As práticas de regulação do trabalho se tornam ainda mais potencializadoras da subalternidade quando inseridas nos limites estreitos das práticas de regulação "empreendedora" da cidade. Uma regulação que potencializa o encapsulamento das formas do trabalho e da cidade a esta capacidade de "transmutar" ou "escapar" à própria forma política, naquilo que ela traz de elemento mais "durável" e permeável à regulação pública democrática. Assim, não se trata de uma "ausência de forma" ou de um "tempo vazio", mas de um tempo "vazio de direitos" e de uma forma de regulação que caminha na direção deste novo tempo flexível. Este tempo e esta forma se encontram no espaço da cidade (das práticas da cidade) e disputam a produção de ambos: a cidade e o trabalho.

Ao contrário de "fechar" as reflexões aqui tecidas, pode-se ampliá-las através do diálogo com Ítalo Calvino para quem as práticas sociais da cidade e do trabalho são como "teias de aranhas intrincadas à procura de uma forma" (1990, p. 72). No que esta apresentação completa: teias à procura de uma forma política de cidadania.

Recebido em maio de 2007, aceito para publicação em dezembro de 2007

Referências bibliográficas

ARENDETT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BORJA, Jordi. "As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana". In FISCHER, Tânia (org.) *Gestão contemporânea*. Cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, Isabel Cristina C. "Cenas cariocas de transformação nas formas urbanas da cidade e do trabalho. Onde está a invenção política?". Tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

CASTELLS, Manuel e BORJA, Jordi. "As cidades como atores políticos". *Novos Estudos*, n.45, julho. São Paulo: CEBRAP, 1996. p. 153-166.

FONTENELLE, Isleide Arruda. **O nome da marca. McDonald's fetichismo e cultura descartável.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

FRANCO, Maria Sylvia de C. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: Editora Unesp, 1997.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 (2ª ed.).

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001 (2ª ed.).

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana.** São Paulo: EDUSP, 2001.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas.** Porto: Publicações Escorpião, 1973, Cadernos o Homem e a Sociedade.

OLIVEIRA, Francisco de. "O Estado e a exceção - Ou o Estado de exceção?" **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** vol. 5, n.1. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, maio de 2003d. p. 09-14.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro.** "Rio sempre Rio". Rio de Janeiro, 1996.

PRÉTECEILLE, Edmonde. "Cidades globais e segmentação social". In QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César e SANTOS JUNIOR, Orlando Alves de (orgs.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2004.

TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do Século XX. In QUEIROZ RIBEIRO, L.C. e PECHMAN, Robert (orgs). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 23-51.

VAINER, Carlos B. "Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia do planejamento estratégico urbano". In ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermíria (orgs). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000 (2ª ed.).